

Lula descarta chapa com PDT

Josemar Gonçalves

A hipótese de formação da chapa Leonel Brizola-Luis Inácio Lula da Silva, para disputa da sucessão presidencial em novembro do próximo ano não existe. Isso foi o que informou ao JBr o próprio Lula, presidente nacional do PT.

"Podemos nos entender com o ex-governador Leonel Brizola" — admitiu Lula — "no segundo turno da eleição presidencial. O PT — acrescentou — "vai concorrer a essa eleição com chapa própria.

O fato de que a Constituinte deverá restabelecer o presidencialismo, em virtude da redução do mandato de Sarney para quatro anos, precipitou, no Congresso e nos partidos, os entendimentos sucessórios, surgindo, em consequência, diversas especulações em torno de possíveis chapas. Uma das primeiras especulações nesse sentido dizia respeito à aliança eleitoral entre o PT e o PDT de Brizola, com o ex-governador do Rio na cabeça da chapa sucessória.

Para demonstrar a impossibilidade material de formação da chapa única PDT-PT, Lula lembrou que o projeto de Constituição não prevê a figura do vice-presidente da República. A seu ver, no entanto, rejeitado o parlamentarismo, haverá alguma proposta de emenda restabelecendo esse cargo. "Só que, nesse caso" — frisou —, "como teremos concorrido no primeiro turno com chapa própria, não será possível reformular a chpa de quem se candidatar ao segundo turno".

Atropelo

O senador Mário Covas, de São Paulo, líder do PMDB na Constituinte, cujo nome figura em todas as especulações sucessórias, evita sistematicamente falar nas eleições presidenciais de 1988. "O PMDB" — diz ele, — "não deve pensar em candidatos à sucessão, agora".

Segundo o líder, o partido deve tratar do assunto prioritário, no momento, que é a elaboração da nova Constituição do País. O engajamento partidário na campanha, a seu ver, pode prejudicar aquele trabalho.

Covas reconhece que muitas candidaturas já estão praticamente lançadas. Mas, no que toca ao PMDB, o compromisso do partido é com a Assembleia e, em particular, com a aprovação das conquistas sociais e políticas feitas na Comissão de Sistematização da Constituinte.

A propósito do noticiário segundo o qual Covas estaria preconizando a realização de prévias no PMDB, com vistas à indicação do candidato partidário à sucessão de Sarney, o líder estranhou: "Falei desse assunto há dois meses. Agora, alguém me perguntou se eu defendo as consultas prévias no partido e simplesmente respondi que sim. Não sei porque disseram que estou defendendo a realização de tais consultas, nesse momento".

Na opinião de Covas, o fato de o PMDB lançar-se à campanha sucessória apenas depois de encerrados os trabalhos constituintes "não prejudicará o partido no pleito de 1988".

Essa, por sinal, é a convicção de muitos peemedebistas, que lembram o lançamento da candidatura Orestes Quêrcia ao governo de São Paulo, quando os candidatos dos demais partidos já estavam lançados. Isso não impediu a vitória de Quêrcia.

Na TV

Quanto a Lula, sua intenção, no pleito presidencial, é utilizar os meios de comunicação de massa, notadamente a TV, durante a campanha, "para dizer aos trabalhadores brasileiros coisas que eles precisam ouvir". Recordou ele que, ao contrário de Brizola — que falou aos fluminenses em horário vespertino (das 13h00 às 17h00, através do programa "Povo na tevê"), antes das eleições de 82, ele, Lula, candidato ao governo de São Paulo, só participou de programas na final da noite. "Só falei para a classe média. Quero agora falar às classes trabalhadoras".

Em termos de alianças, esclareceu Lula que "só o partido, através de seus convencionais, poderá decidir com quem deve fazer acordos". "De modo nenhum também haveremos de nos compor, partidariamente, com o PMDB, ainda que este lance como candidato, no primeiro turno, o senador Covas".

Lula esclareceu, contudo, que na hipótese de ficar o segundo turno para decidir-se entre o PMDB e o PFL (Aureliano Chaves) ou entre o PFL e o PTB (Antônio Ermírio de Moraes), o PT deverá alhear-se da disputa final.



Richa (E) entre Virgílio e Dornelles, não conseguiu apoio maciço do grupo dos 32 ao parlamentarismo

Brizola quer civil e militar unidos pelas diretas 88

Porto Alegre — O ex-governador Leonel Brizola, PDT, defendeu ontem, em Porto Alegre, uma «união de civis e militares, empresários e trabalhadores», para «de mãos dadas», viabilizarem a realização de eleições diretas para a Presidência da República em 1988. Destacando que a eleição de um governo legítimo é essencial para que o País encontre soluções para a atual crise política, econômica e social, Brizola afirmou que, após a posse do novo presidente, «seja ele conservador ou progressista, todos devem «fechar» em torno dele», auxiliando a sua administração.

As afirmações foram feitas numa das mais longas reuniões-almoço semanais já promovidas pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Após entrevista à imprensa, Brizola voltou a fazer pesadas críticas à possibilidade de implantação do sistema parlamentar de governo pela Constituinte, entre outras classificações, uma imposição an-

tidemocrática, um engodo, uma fraude, uma traição ao povo brasileiro, uma pretensão esdrúxula, que levaria o País a grande dificuldades». Para Brizola, a Nação já evidenciou que quer eleições diretas, «e diretas pressupõem o presidencialismo».

O líder pedetista reiterou que, se a Constituinte aprovar o parlamentarismo, vai postular a indicação para concorrer à presidência: «Quero ter a oportunidade de derrotar esta impostura (o parlamentarismo)», asseverou, acrescentando que promoverá uma ampla campanha popular «para acabar com isto que seria uma perversidade das elites contra o povo». Frisou ter certeza de que o parlamentarismo não se sustentaria, «estabelecendo-se até um clima de desobediência civil». Brizola disse ainda considerar-se o favorito para as eleições presidenciais: «Nós vamos assumir uma posição de vantagem nesse contexto humano que está aí».

Cals volta a defender candidatura Figueiredo

Rio — O ex-ministro César Cals, do PDS do Ceará quer que o ex-presidente João Figueiredo se candidate à sucessão do presidente José Sarney, porque "tem grande aceitação popular, é da classe média e é um homem do povo". Cals, que foi senador e governador, após participar de uma reunião com autoridades do Zaire, ontem no Rio, lembrou que "apesar de ter dito para que o povo o esquecesse, o ex-presidente Figueiredo não pode esquecer o povo e o Brasil".

César Cals garantiu que Figueiredo ainda não lançou a sua candidatura, porque as regras das eleições ainda não foram definidas. Ele descartou a hipótese do ex-presidente formar uma chapa com Leonel Brizola, lembrando que o ex-presidente pretende ser "apenas amigo" e nunca correligionário de Brizola.

O ex-ministro confirmou que hoje deverá ir ao ar, em cadeia de rádio e televisão, um programa de

uma hora em que o ex-presidente Figueiredo vai expor suas idéias de centro" e suas sugestões para "salvar o Brasil", porque, segundo Cals, "a Nova República é mais velha do que a anterior".

César Cals enfatizou ainda que, embora não tenha, confirmado sua candidatura, o ex-presidente Figueiredo está sendo lembrado em várias pesquisas de opinião, ficando em quarto lugar na que foi publicada pelo jornal O Povo, do Ceará, esta semana". No momento, o ex-senador articula vários partidos", para viabilizar a possível candidatura de Figueiredo. Ele disse que está conversando com o PDS, PFL, PL e parte do PMDB. César Cals garantiu que não tentará negociar com partidos de esquerda, como o PT, PCB e PC do B. Segundo ele o candidato do PDS será aquele que "tiver condições de ganhar, porque eleição não é brincadeira. A Nação está em jogo".

Maximiano teme participação

Aracaju — O militar, na opinião do ex-ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, deve ficar "de fora" da campanha eleitoral para a sucessão do presidente José Sarney. O ex-ministro, atualmente no grupo Petrobrás, dirigindo a Petrofértil, admitiu ontem, em Aracaju, sobre a possibilidade de algum partido político vir a lançar um candidato militar à Presidência da República, que "isso é problema de partido político, é problema do civil".

Maximiano acrescentou que até tem medo, "porque eu, como militar, quero o militar fora dessa jogada, para não ser culpado de tudo o que acontece nesse País. Acho que o militar teve uma lição ótima, nos últimos 20 anos, e agora

sabe o que fazer".

Para o ex-ministro, caso o plenário da Assembleia Nacional Constituinte confirme as eleições presidenciais para o próximo ano, "num aspecto, isso será muito bom", porque o povo está ansioso para eleger um presidente". Mas ele considerou "um perigo tremendo" uma campanha eleitoral agora, quando a Constituição ainda não está pronta, nem as leis complementares: "Fico com medo, como cidadão, de ver uma campanha eleitoral aí, se ainda estão arrumando a casa", acrescentou o almirante. Ele esteve em Aracaju para visitar a fábrica da Nitrofértil, do grupo Petrofértil, que produz amônia e uréia no interior de Sergipe.

Grupo dos 32 libera sobre os polêmicos

O grupo dos 32 — bloco interpartidário que sob a liderança do senador José Richa procura influir decisivamente na futura Constituição — manteve ontem a posição anterior de deixar em aberto, entre os seus integrantes, as questões do sistema de Governo e da duração do mandato do presidente Sarney.

Apesar do empenho de Richa na busca de uma solução que assegure a decisão da Comissão de Sistematização, favorável ao parlamentarismo, o senador pedessista, Virgílio Távora, que presidiu a reunião de ontem, lembrou, que semanas atrás o grupo já havia concordado em que, devido ao teor polêmico daquelas duas questões, seus integrantes, deveriam ficar livres para se posicionar de acordo com suas convicções pessoais.

Diante dessa colocação do senador Távora, os participantes do encontro — que durou quase cinco horas — concordaram em passar ao largo da discussão sobre o mandato e em torno do sistema de Governo, limitando-se ao exame de questões econômicas e sociais que serão passíveis de emendas do grupo.

Na realidade, mesmo em relação a essas questões e a outros capítulos, como os referentes à Organização Política e Administrativa — aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Sistema Tributário — o grupo dos 32 decidiu que somente serão apresentadas emendas coletivas desde que acatadas pela unanimidade dos seus integrantes.

Exatamente por se tratar de uma questão polêmica, o grupo deixará de apresentar uma proposta para a questão da estabilidade dos trabalhadores, mas, no capítulo dos direitos sociais, algumas emendas serão formalizadas pelo grupo. Uma emenda suprimirá o artigo 13 do substitutivo Bernardo Cabral, que dispõe: "As empresas de mais de cinquenta empregados reservarão pelo menos 10% dos cargos dos seus quadros de pessoal efetivo para preenchimento por maiores de 45 anos".

Também será proposta emenda suprimindo o inciso XXIV, do artigo VII, que assegura aos trabalhadores "participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da manutenção".

Por iniciativa do senador Virgílio Távora, ficou igualmente decidida a apresentação de emenda restringindo o disposto no parágrafo 1º do inciso I, artigo 22 do substitutivo Bernardo Cabral, que assegura a participação do Estado no resultado da exploração de todos os recursos naturais. A emenda substituirá a expressão "todos os recursos" por "de recursos".

O dispositivo passará a ter a seguinte redação: "É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e órgãos da administração direta da União, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais em seus territórios, bem como na plataforma continental e no mar territorial respectivos".